VII CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
XXXV ENCUENTRO DE GEOHISTORIA REGIONAL
XX SEMANA DE HISTÓRIA
6 a 9 de outubro de 2015
ISSN 2175-4446 (ON-LINE)
Doi: 10.4025/7cih.pphuem.1060

A AÇÃO DEMOCRÁTICA FEMININA GAÚCHA (ADFG): AS DIREITAS DURANTE OS PRIMEIROS ANOS DA DITADURA MILITAR

Eduardo dos Santos Chaves
(Doutorando pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

A comunicação pretende discutir a formação e atuação da Ação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG), organização criada em março de 1964, na cidade de Porto Alegre, com objetivos de desestabilizar o governo Jango e "conscientizar" a população dos perigos que o comunismo representava. A partir dos livros de atas da organização e o pequeno material divulgado na imprensa da época, o trabalho apresentará as primeiras ações da ADFG após o golpe civil-militar de 1964 voltadas para o assistencialismo e o voluntarismo, bem como a tentativa de colaborar com o "governo revolucionário". Nesse sentido, o trabalho pretende analisar a atuação da ADFG em um cenário de construção social da ditadura brasileira, no qual foram tecidas complexas relações entre o regime e a sociedade brasileira.

Palavras-chave: Direitas; ADFG; Ditadura militar

Introdução

A história das direitas brasileiras que atuaram nos anos 60 mereceu maior atenção nos últimos anos. Os estudiosos que se dedicaram a analisar as organizações e os partidos conservadores desse contexto histórico destacaram o papel dos atores no cenário político que desembocou no golpe civil-militar de 1964 e na posterior ditadura. Trabalhos mais recentes tiveram papeis importantes na historiografia ao mapearem um universo de indivíduos e grupos crentes e empenhados em livrar o país do comunismo, da corrupção e do ateísmo. Tendo em vista a multiplicidade de comportamentos, as direitas brasileiras foram vistas no plural, evitando assim o superficialismo analítico ou mesmo o maniqueísmo, tão comum em décadas anteriores. Contudo, a repulsa a mudanças sociais e econômicas que visassem maior igualdade e o medo de que uma espécie de "ateísmo estatal" eliminasse a tríade "deus, pátria e família" marcaram as faces do conservadorismo brasileiro.

Entre as organizações de direitas, cabe aqui destacar o surgimento no início da década de 60 de grupos femininos que estiveram em oposição ao governo de João Goulart. Eram organizados e liderados por mulheres, contando com a participação de empresários, militares, parte da Igreja Católica e demais setores conservadores da população. Conhecidas posteriormente como "marchadeiras", essas mulheres eram provenientes de setores medianos e altos da sociedade brasileira. Muitas eram esposas e/ou ligadas por laços de parentesco com empresários, políticos, militares e/ou grandes proprietários de terras, sujeitos que contribuíam para o sucesso das organizações. O principal grupo feminino, a Campanha da Mulher pela Democracia, mais conhecido como CAMDE, tinha como liderança Dona Amélia Molina Bastos, além do seu irmão, o general Antônio de Molina, o líder do IPES, Glycon de Paiva e do Frei Leogivildo Balestieri. Conforme salientou Solange de Deus Simões (1985, p. 31):

> A CAMDE [...] surgia [...] engajada na ação política de combate e desestabilização do governo. Partiram para a ação, antes mesmo do seu lançamento oficial, que só aconteceu um mês depois, a 12 de julho de 1962, no auditório de O Globo, oferecido pelo diretor desse jornal, Rogério Marinho.

Diversos grupos femininos surgiram nesse contexto e estavam organizados da mesma forma que a CAMDE. Em São Paulo, antes mesmo das cariocas da CAMDE, surgia a União Cívica Feminina (UCF), assim como em Minas Gerais, tempos depois, surgira a Liga da Mulher Democrata, (LIMDE)[1], além de outros grupos localizados em outros estados do Brasil. No Rio Grande do Sul, a Ação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG) organizou-se em março de 1964 e tivera atuação ao longo da ditadura.

Gaúchas de direita: os primeiros momentos da ADFG

Embora a ADFG tenha sido fundada em 13 de março de 1964 na cidade de Porto Alegre[2], nas vésperas do golpe civil-militar, seu aparecimento começou antes. Não temos certeza quanto a data de seu primeiro aparecimento, mas sabe-se que em 04 fevereiro de 1964, as militantes da ADFG surgiam na imprensa gaúcha preocupadas com as declarações provenientes da Igreja Católica, precisamente a

[1] Em relação a LIMDE ver: STARLING, 1986. Capítulo III. Embora, parta do pressuposto de que houve a instrumentalização/orquestramento dos setores medianos pelas classes dominantes, deve-se salientar o fato da obra apresentar quantidade significativa de fontes e informações fundamentais para a compreensão do período.
[2] Conforme consta no estatuto da organização.

partir das denúncias realizadas pelo Arcebispo de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer, que em janeiro do mesmo ano alarmava a população sobre a infiltração comunista na Igreja através da Ação Popular (AP). O manifesto, uma espécie de declaração de apoio a Scherer, tinha a autoria da "cruzada das mulheres gaúchas" e ocupou algumas das páginas do Diário de Notícias (DN). Na verdade, ao verificar a autoria do manifesto percebe-se que as integrantes da "cruzada" eram as mesmas que fundaram a ADFG. As declarações das gaúchas também demonstram como estavam organizadas e a maneira pela qual entendiam a situação política brasileira.

> [...] embora sempre tenhamos trabalhado anonimamente mas sem esmorecimentos pela pátria, agora mais do que antes, estamos atentas aos rumos que vai tomando a crise político-social brasileira de imprevisíveis consequências orientada pelo marxismo-leninismo doutrina e tática materialistas, visando exterminar os direitos essenciais da pessoa humana. (DN, 4 fev. 1964, p. 4).

As gaúchas da ADFG se colocavam também como "vigilantes da pátria", como "protetoras da nação", atentas a qualquer iniciativa dos "vermelhos" contra a moral cristã. Sobre a matéria publicada, cabe ainda notar as relações estabelecidas entre a ADFG, membros da Igreja Católica e parcela importante dos jornais da época, tendo em vista o fato do manifesto direcionado ao arcebispo ter se encontrado em página destinada exclusivamente aos colunistas. Além dos possíveis inter-relacionamentos entre os conservadores, Ianko Bett (2010, p. 192) chama a atenção para o fato do manifesto ter sido assinado em 16 de janeiro de 1964, dois dias após as declarações de Scherer. Para Bett (2010, p. 192), tal "[...] aspecto pode indicar a ingerência da imprensa na escolha de um momento propício para a publicação".

A ADFG tinha como finalidade:

> a) promover e incentivar a educação integral, na área de sua atuação; b) desenvolver e coordenar atividades de caráter cultural e de ação social; c) realizar estudos e pesquisas que permitam fazer recomendações no sentido do progresso econômico, do bem estar social e do fortalecimento do regime democrático no Brasil; d) propugnar a criação de entidades afins; e) lutar pela igualdade de oportunidades e para todos os setores sociais, sem distinção de credo e raça, dentro dos princípios cristãos. (Estatuto ADFG, 1964, p. 1).

Os fins da associação estavam intimamente ligados aos princípios anticomunistas de matriz católica. A preocupação das associadas era com a educação moral e cristã dos brasileiros. Em 10 de março de 1964, o jornal Correio do Povo (CP) divulgava o lançamento da ADGF em uma reunião ocorrida na

tradicional Escola Sevigné, em 9 de março de 1964, na cidade de Porto Alegre. O lançamento contou com a presença de quase uma centena de mulheres. A nota divulgava que os objetivos da organização era: “[...] ensinar a amar a Pátria; [...] compreender e ajudar aos jovens para que se tornem cidadãos conscientes; [...] combater a demagogia, a subversão e a desordem; [...] reformar o que está errado, dentro da disciplina, da ordem e da lei [...]” (CP, 10 março de 1964, s.p. recortes de jornais do Arquivo ADFG). Durante a trajetória da entidade, perceber-se-á que uma das principais áreas de atuação foi a educação. Até o final dos anos 1970, a ADFG atuou em escolas públicas e associações de bairros, sobretudo na cidade de Porto Alegre, procurando “espantar as ideias maléficas” que rondavam a sociedade gaúcha. A ADFG, dessa forma colaborava com a ditadura, eliminando os perigos do comunismo e reafirmando os ideais da “Revolução de 1964”. A ideia era apaziguar os ânimos no meio estudantil através de uma forte atuação em escolas, a partir de atividades pedagógicas de formação de educadores e alunos. Na pequena nota divulgada em 10 de março de 1964, ficou estabelecido que a organização promoveria “[...] cursos de orientação geral, com a finalidade de atualizar conhecimentos de teoria geral do Estado, economia, política, questões sociais e doutrina social cristã” (CP, 10 março de 1964, s.p. recortes de jornais do Arquivo ADFG). É importante considerar que as primeiras reuniões da ADFG ocorreram em espaços educacionais católicos, como na Escola Sévigné, em Porto Alegre e na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC).

A posse da primeira diretoria da ADFG ocorreu em 20 março de 1964 no salão de atos da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC), onde pode-se verificar, segundo a imprensa da época, um auditório completamente lotado. Dentre os presentes, estavam a esposa do governador do Rio Grande do Sul, Judith Meneghetti, deputados estaduais, vereadores e outras autoridades da época. Parte do discurso de posse, proferido por Ecilda Haensel, fora transcrito no Diário de Notícias (DN) de 21 de março de 1964 e transmite a maneira pela qual as militantes da ADFG entendiam sua participação como mulheres na luta contra o comunismo. Este, representado como uma força do mal em oposição aos valores cristãos, deveria ser combatido.

> [...] como tal – a mulher deve participar dos problemas nacionais, deve participar desta luta ideológica que se trava [...] as sociedades estão divididas em dois grupos: cristãos e materialistas. Nós, mulheres do Brasil,

> devemos lutar para que somente o cristianismo triunfe [...] devemos dar o pão material aos humildes, mas defender suas almas do socialismo ateu. (DN, 21 mar. 1964, p. 14)

Chama atenção no pronunciamento o cuidado com que as militantes tinham com os denominados "humildes", os sujeitos desprovidos de bens materiais que provavelmente estariam a mercê dos comunistas. Essa percepção se deu ao longo da história da ADFG e se consolidou através de inúmeras atividades promovidas pela instituição em bairros da periferia de Porto Alegre. Entre novembro e dezembro de 1964, por exemplo, a entidade colaborava com o Movimento Gaúcho pelo Menor (MGM) através do "Clubinho da Solidariedade", uma atividade destinada a arrecadar donativos aos menores abandonados na cidade[3]. Esse comportamento foi constante no histórico da ADFG, o que pode ser comprovado nas diversas cartas, convites e demais correspondências recebidas pela instituição.

A diretoria da ADFG foi primeiramente constituída por Ilda Baumhardt (presidente), Dora Kessler, Heloisa Becker, Iris Correia Lopes e Nelly Schlater, Giselda Escosteguy Castro, Maria Helena Rosenfeld, Maria Aragon de Vecino, Nilpa Nunes dos Santos e Dulce Pereira. Ecilda Haensel, que fizera a leitura do texto da posse e uma das fundadoras da entidade, ficou encarregada de coordenar a instalação de núcleos em todo o interior do estado[4].

Para as militantes da ADFG, o clima de insegurança e de instabilidade política nacional que se firmava diante do governo de João Goulart era um dos motivos para o surgimento da organização. Elas entendiam que Jango, Brizola e outros políticos trabalhistas eram demagogos e levavam o país ao caos econômico e social. Era preciso agir para que o Brasil não ingressasse na órbita soviética/cubana e para isso contavam com a colaboração de outras instituições e organizações espalhadas pelo país.

Em março de 1964 o clima gerado pela guerra fria somados aos acontecimentos políticos ocorridos desde o discurso proferido pelo presidente da República no Comício da Central do Brasil, em 13 de março, levaram o país a

[3] Cartão enviado por Ione Pacheco Sirotsky, de 05 de dezembro de 1964, em agradecimento à ADFG pela colaboração as atividades do MGM. "À Ação Democrática Feminina Gaúcha, quando, de maneira tão solidária, se une ao MGM, para fazer um pouquinho de felicidade aos menores de Porto Alegre". (Acerco ADFG. Correspondências. 05/12/1969).

[4] Há documentos que apontam a constituição de um núcleo da ADFG na cidade de Caçapava do Sul (Ação Democrática Feminina Caçapavana). No entanto, até o momento, não dispomos de informações mais precisas em relação a outros núcleos. Em Porto Alegre, sede da entidade, foi perceptível verificar núcleos da ADFG em bairros.

polarização entre direitas e esquerdas. As direitas organizadas agiram rapidamente a partir de manifestações públicas conhecidas como Marchas da Família com Deus pela Liberdade[5]. Em suma, as marchas tiveram ampla repercussão na grande imprensa e apresentaram-se sob múltiplas facetas. As duas principais marchas ocorreram em São Paulo e no Rio de Janeiro, ambas com número significativo de participantes[6]. No caso de São Paulo, a marcha realizou-se em 19 de março, contando com cerca de 500 mil pessoas e se constituiu em uma contraposição ao Comício da Central do Brasil. Codato e Oliveira (2004, p. 278), assinalam que:

> As Marchas da Família com Deus pela Liberdade foram, nesse contexto, uma resposta política ao discurso de 13 de março na Central do Brasil. A faísca que incendiou o movimento reacionário saiu do pronunciamento do presidente Goulart durante o Comício das Reformas. Jango criticara a 'indústria do anticomunismo' e a utilização de símbolos religiosos como instrumentos políticos de oposição a seu governo.

Mas nem todas as marchas se constituíram numa contraposição ao discurso de Goulart na Central do Brasil. Muitas delas ocorreram após o golpe do dia 31 de março de 1964 e contribuíram na legitimidade do novo governo, como foi o caso da marcha ocorrida no Rio de Janeiro, em 02 de abril[7]. Além disso, apresentaram-se com nomes variados e com algumas proposições divergentes. Codato e Oliveira (2004, p. 275), ao examinarem, por exemplo, a "Marcha a favor do Ensino Livre" ocorrida em Curitiba, concluíram que o evento "(...) priorizou ao contrário das principais temáticas seguidas em outras capitais (Belo Horizonte, Niterói, São Paulo e Rio de Janeiro), a luta pelas 'liberdades individuais', deixando os valores tradicionais cristãos em segundo plano".

Muitos desses eventos ocorridos no interior dos estados brasileiros contaram com problemáticas bastante especificas se comparados com as manifestações

[5] Sobre as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, ver a dissertação de mestrado de Aline Alves Presot (2004).

[6] É difícil hoje enumerar os indivíduos participantes das marchas e o estrato social a qual pertenciam, em razão das fontes disponíveis para consulta, como jornais e revistas, não mencionarem a questão. No entanto, os trabalhos sobre esses eventos afirmam a grande participação de diversos grupos sociais dos grandes centros urbanos do país, principalmente os setores medianos. Conforme destacou Simões 1985, p. 111, "(...) como outros movimentos burgueses em defesa da propriedade, arregimentavam diferentes setores da população envolvidos pela luta democrática na qual aquela luta burguesa se expressava". Concordamos com a tese que afirma a arregimentação de amplos setores da população para a efetivação desses movimentos sociais, embora discordamos das colocações que enfatizam as marchas como movimentos burgueses promovidos pelo complexo golpista unificado. E conforme destacou Presot (2004, p. 38), "é preciso que se tenha cuidado, contudo, com certas interpretações mecanicistas. De fato, as articulações do núcleo que congregava o IPÊS mostraram-se decisivas em diversos momentos para que o projeto de uma intervenção militar fosse vitorioso, mas elas não constituem condição determinante para que o golpe se efetivasse satisfatoriamente".

[7] Algumas se denominaram "Marchas da Vitória", principalmente aquelas acontecidas no pós-31 de março de 1964.

realizadas nos grandes centros urbanos do país. Porém, isso não significa afirmar que as manifestações com número menor de participantes não tenham tido expressão e repercussão social. As marchas acontecidas no interior do país, assim como as das grandes cidades, contaram com a mobilização de amplos setores sociais, sobretudo medianos e altos, principalmente aqueles ligados à política e às famílias tradicionais. Nessas manifestações a quantidade de símbolos, além do rosário, dependia das tradições daquelas localidades. De acordo com Aline Presot (2004, p. 16), “a propaganda organizada para a Marcha buscava a adesão da população utilizando-se de valores e elementos simbólicos como o amor à pátria, o respeito à democracia, a defesa da família e das liberdades políticas”.

A ADFG organizou a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, prevista para ocorrer em 7 de abril de 1964, às 16 horas, no Largo da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Era uma marcha comemorativa aos acontecimentos de 31 de março e demonstrava a afinidade das mulheres da ADFG com o movimento golpista. Provavelmente a ADFG contou com a colaboração de militares, políticos, empresários e parcela importante da Igreja Católica na elaboração do material de divulgação e na propaganda da manifestação. Porém, chama a atenção o fato da marcha em Porto Alegre não ter ocorrido, o que ainda é uma lacuna na pesquisa. Uma das possíveis respostas é a de que a deposição do governo de João Goulart e a rápida vitória golpista tenha esvaziado o ato público que poderia estar previsto para ocorrer antes do dia 31 de março. Essa afirmação, mesmo correndo o risco de ser incorreta, corrobora com a ideia de que o golpe não estava planejado, assim como a de que a ação golpista não teria planos acabados que desembocariam imediatamente em uma ditadura. De qualquer forma, a partir da documentação sobre a ADFG sabe-se que após o golpe a entidade manteve os antigos laços que a formaram. Durante a ditadura, a ADFG parece ter aprofundado o assistencialismo e o voluntarismo, o que vinha sendo desenvolvido dentro da organização desde sua fundação. Tais atividades, voltadas às classes mais humildes da sociedade, tinha como propósito eliminar qualquer ameaça “esquerdizante”. Essa espécie de “vigília anticomunista” foi a tônica da ADFG até aproximadamente o final da década de 70 e colaborava necessariamente para com os objetivos da ditadura, afinal eliminava os possíveis conflitos sociais decorrentes das diferenças gritantes entre as classes sociais e legitimava uma imagem positiva do regime. Provavelmente tenha sido esse

o principal motivo que levou as gaúchas anticomunistas a receber inúmeras correspondências de políticos, militares e empresários pelas atividades que desenvolviam durante a ditadura.

A "vigília" durante a ditadura

Em 23 de maio de 1969, o General Adolpho de Paula Couto, recentemente empossado comandante da Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME), escrevia uma carta a presidente da ADFG, Sofia Renner[8]. Pelo que se percebe, a ADFG, através de Sofia Renner, havia enviado um telegrama a Paula Couto o cumprimentando pela investidura nas funções de comandante da ECEME. O militar dizia sentir-se "[...] um admirador já confesso da atividade e da vigilância cívica das senhas que se reúnem nessa patriótica organização, virtudes que pude sentir bem de perto durante os edificantes contatos que mantivemos [...]" (Acerco ADFG. Correspondências. 23/05/1969). O general Paula Couto agradecia o telegrama da ADFG e dizia estar "[...] extremamente sensibilizado com a atenção que tiveram com este velho lutador da mesma causa que as congrega [...]" (Acerco ADFG. Correspondências. 23/05/1969). A continuidade das estreitas relações entre a entidade feminina e os militares, que nesse momento assumiam postos de destaque nas mais diferentes instituições das Forças Armadas, como Paula Couto, demonstra não somente como a ditadura contava com o apoio das direitas civis, mas também como militares e civis se enxergavam participantes, lutadores, de um mesmo movimento.

Durante a ditadura as relações entre as entidades femininas permaneceram, principalmente quando o assunto era a "vigília" contra os comunistas, os subversivos, os terroristas, expressões utilizadas nas correspondências entre as organizações. As relações amistosas das gaúchas com companheiras de outros estados pode ser atestado em um documento emitido pelas cariocas da CAMDE, em 02 de setembro de 1965, endereçado às gaúchas da ADFG, onde há a defesa e a busca pela manutenção da lei Suplicy[9].

[8] Não tivemos contato com a carta enviada pelas gaúchas a Paula Couto, apenas a resposta do general à ADFG.
[9] A Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964, conhecida como Lei Suplicy de Lacerda colocou na ilegalidade a UNE e as UEEs (Uniões Estadual dos Estudantes), que passaram a atuar na clandestinidade. A lei, posta em prática pelo ministro Flávio Suplicy de Lacerda, afirmava que todas as instâncias da representação estudantil ficam a partir de então submetidas ao controle do Ministério da Educação. Disponível em: <http://www.gedm.ifcs.ufrj.br/upload/legislacao/357.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2014.

> Ficamos muito satisfeitas de saber do trabalho que estão fazendo junto aos estudantes. Sabemos bem das dificuldades que isso acarreta. Soubemos agora que o Congresso vai desencadear uma campanha contra a lei Suplicy, e por isso estamos organizando um trabalho de apoio a referida lei, que é a única que poderá terminar com os abusos no meio estudantil. Gostaríamos de saber se vocês contam com um grupo de estudantes toda a confiança, que pudesse enviar um manifesto de apoio a lei. Apenas precisa ser feito com muita discrição para que nada transpire no meio estudantil. (Acerco ADFG. Correspondências. 02/09/1965).

A carta é uma resposta dada pela presidente da CAMDE, Eudóxia Ribeiro Dantas, a Gerty Wallig, em relação a nomes sugeridos pela ADFG para provavelmente palestrar sobre educação e/ou entidades estudantis, dado o trabalho que as gaúchas vinham realizando nas escolas do Rio Grande do Sul[10]. O parecer que Eudóxia Ribeiro Dantas emitiu em relação as manifestações estudantis contrárias ao fechamento da UNE e das UEEs provavelmente vinha ao encontro do que pensavam também as gaúchas da ADFG. Isso se comprova em demais cartas trocadas entre a organização e outras instituições que estariam também dispostas a lutar contra a subversão, mesmo após o golpe. Exemplo disso, são as correspondências trocadas com a Liga de Defesa Nacional (LDF), diretório Rio Grande do Sul, com os militares da Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME), como já foi visto, e com as pernambucanas da Cruzada Democrática Feminina (CDF). A "vigília" contra o comunismo encabeçada por essas mulheres pode ser constatada na breve carta emitida pela presidente da CDF, Cristina Azevedo, em 23 de outubro de 1968, na qual afirmava o seguinte: "com satisfação acusamos o recebimento do Boletim dessa conceituada agremiação e auguramos um profícuo trabalho em prol dos nossos ideais, hoje tão ameaçados quanto outrora" (Acerco ADFG. Correspondências. 23/10/1968).

Em 07 de setembro de 1969, a Cruzada Democrática Feminina de Pernambuco (CDF), encaminhou à ADFG e às outras entidades, uma carta descrevendo as atividades que as pernambucanas estavam realizando no sentido de barrar o avanço “vermelho” e um apelo às mulheres na luta anticomunista. O texto era um alerta em relação às ações armadas das guerrilhas que, naquele contexto, atuavam nos principais centros urbanos do Brasil.

> Sentimo-nos muito à vontade para fazer esse apelo, porquanto somos uma entidade que se manteve sempre em vigília democrática a serviço da

[10] Acerco ADFG. Correspondências. 02/09/1965.

> comunidade, lutando por tudo aquilo que representa o bem comum, alertando as autoridades para os erros cometidos e encaminhando a opinião pública para as reivindicações que são, realmente, de seu interesse e em nenhuma conjuntura nacional nos omitimos, ainda que o nosso pronunciamento importasse em desprestigio governamental ou atraísse para nós o ódio e desejo de vingança dos maus brasileiros, contra os quais prevenimos a opinião pública.
>
> O nosso País se encontra em grave momento de sua história. Os subversivos, a soldo de países estrangeiros, estão tentando implantar o terror nas principais cidades brasileiras. (Acerco ADFG. Correspondências. 07/09/1969).

A carta alertava os endereçados a respeito dos "[...] crimes contra a pessoa humana e a propriedade privada" (Acerco ADFG. Correspondências. 07/09/1969), cometidos pelas guerrilhas brasileiras. Elas se referiam ao sequestro do embaixador norte-americano, Charles Elbrick, ocorrido em 4 de setembro de 1969, três dias antes do envio do telegrama, e aos assaltos a bancos realizados pelas organizações clandestinas. A CDF clamava às mulheres brasileiras para que lutassem contra a "selvageria" criada pelas esquerdas armadas.

> Nós, mulheres brasileiras, sempre fomos avessas por nossa índole, nosso temperamento e nossas convicções, a toda espécie de violência.
>
> Lutamos, durante quatro séculos, uma luta pacífica, para que o Brasil pudesse ocupar, na esfera internacional, o lugar de destaque e de importância que lhe pertence de direito.
>
> Não vamos abrir mão, agora, de tudo o que conquistamos, permitindo que os que pretendem jogar o destino do Brasil a serviço de seus interesses particulares ou do seu desejo incontido de poder, transformem a nossa Nação em uma terra de selvagens. (Acerco ADFG. Correspondências. 07/09/1969).

A luta que as organizações femininas haviam travado não poderia ser desperdiçada. O Brasil havia adquirido um espaço de destaque entre os países ocidentais e "civilizados". Sendo assim, a luta era contra aqueles que buscavam transformar o país em uma terra de selvagens. Fica visível que para as pernambucanas da CDF a ditadura havia levado o país ao sucesso, ao patamar almejado desde as épocas coloniais.

O sacrifício para eliminar esse tipo de ação considerada criminosa não pouparia "os filhos da pátria". Elas estavam dispostas a ceder seus filhos nessa luta em defesa da nação, mas alertavam que não ficariam "[...] de braços cruzados assistindo ao seu sacrifício inglório, para que aproveitadores de oportunidades façam dos seus corpos a escada pela qual pretendem atingir o tão ambicionado poder" (Acerco ADFG. Correspondências. 07/09/1969).

O envio da correspondência às demais organizações tinha como intenção fazer com que as mulheres se posicionassem diante dos acontecimentos, que agissem de modo a barrar a ação de “terroristas”.

> Nós, mulheres brasileiras, vamos nos levantar como uma barreira contra esses traidores. Vamos permanecer em vigília democrática até que todos eles sejam descobertos e identificados e o Brasil possa retomar o caminho do seu desenvolvimento, marchando para o futuro sem mácula e sem desonra.
>
> Se fizermos tudo isso seremos invencíveis, porque teremos formado o verdadeiro “EXÉRCITO DA PAZ”.
>
> Recife, 7 de setembro de 1969
>
> (Leia e divulgue)
>
> (Acerco ADFG. Correspondências. 07/09/1969).

Até o final dos anos 70 as gaúchas da ADFG mantiveram contatos com instituições que haviam colaborado para o seu surgimento, o que pode ser atestado através de inúmeras correspondências trocadas. Por razões até o momento desconhecidas, no final da década de 1970 a associação volta-se para o movimento ambientalista, modificando inclusive sua denominação[11].

Conclusão

O aparecimento da ADFG no Rio Grande do Sul, como foi visto, ocorreu nas vésperas do golpe civil-militar. As gaúchas faziam parte de uma rede de entidades femininas que contavam com a colaboração de outras organizações que atuaram decisivamente na desestabilização do governo Goulart. O papel da ADFG nesse processo pode ser visto desde suas primeiras aparições que visavam alertar a população a respeito da “infiltração comunista”, organizando assim, como foi visto, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Durante a ditadura, a ADFG permaneceu fiel aos princípios que a nortearam, tornando-se “vigilantes” em relação ao que vinha ocorrendo no país. A vigília se daria em relação à manutenção das tradições e costumes que, segundo entendiam, estavam ameaçados em tempos de ditadura. Para tanto, a mulheres da ADFG acreditavam que a saída era atuar juntamente às populações mais pobres através de associações de bairros e em

[11] Uma hipótese explicativa para o afastamento da ADFG dos ideais da "Revolução 64" é a de que com a Lei de Anistia de 1979 eram poucos os que sentiam-se confortáveis em dizer que atuaram ao lado e/ou fizeram parte da ditadura. Após a anistia e o processo de abertura política, os apoios e as cumplicidades transformavam-se em resistências à tirania e/ou em esquecimento/silêncio sobre um passado nebuloso. Sobre este aspecto, ver: REIS FILHO, 2005.

projetos assistenciais. Tais atividades desenvolvidas em diversos bairros da periferia de Porto Alegre objetivavam eliminar a possível chegada do inimigo, do "subversivo", e influenciando as comunidades a atuarem de forma solidária com o regime, reverenciando suas realizações e amando a pátria.

As trocas de cartas entre as entidades femininas, instituições militares, empresariais e religiosas e autoridades políticas da ditadura comprovam as complexas relações existentes entre sociedades e regimes autoritários. A ADFG procurou tecer relações amistosas com o novo regime, atuando de modo a promover a paz social junto às populações mais carentes. Isso não significa dizer que a atuação da ADFG se deu através da manipulação/orquestramento das classes médias e dominantes sobre o universo mental de homens e mulheres mais pobres de Porto Alegre e outras cidades do Rio Grande do Sul. Provavelmente a ADFG tenha encontrado terreno fértil ao implementar suas atividades, afinal o sentimento anticomunista não era novidade alguma no Brasil dos anos 60 e 70. Além disso, a defesa de tradições e costumes conservadores e cristãos nunca foi exclusividade dos setores médios e altos da sociedade brasileira. Nesse sentido, questionamentos de que forma ocorreu a entrada da ADFG nesses bairros e quais as atividades realizadas pela organização nessas comunidades contribuiriam para pensarmos as relações entre a sociedade brasileira e sua última ditadura.

Referências

CODATO, Adriano Nervo; OLIVEIRA, Marcus Roberto de. A marcha, o terço e o livro: catolicismo e ação política na conjuntura do golpe de 1964. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n. 47, p. 271-302, 2004.

BETT, Ianko. **A (Re)invenção do comunismo: discurso anticomunista católico nas imprensas brasileira e argentina no contexto dos golpes militares de 1964 e 1966**. São Leopoldo, 2010. Dissertação de Mestrado em História – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

CORDEIRO, Janaina Martins. **Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o 'Perigo Vermelho': o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002

PRESOT, Aline Alves. **As Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964**. Rio de Janeiro, 2004. Dissertação de Mestrado em História Social – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

SESTINI, Pérola. **A "mulher brasileira" em ação: motivações e imperativos para o golpe militar de 1964**. São Paulo, 2008. Dissertação de Mestrado em História) – Universidade de São Paulo (USP).

SIMÕES, Solange de Deus. **Deus, Pátria e Família. As Mulheres no Golpe de 1964**. Petrópolis: Vozes, 1985.

STARLING, Heloisa M. Murgel. **Os Senhores das Gerais: Os Novos Inconfidentes e o Golpe Militar de 1964**. Petrópolis: Vozes, 1986.